



MULHERES NEGRAS E PARDAS E CIDADANIA¹

BLACK AND BROWN WOMEN AND CITIZENSHIP

Priscilla Tatianne Dutra²
Guilherme Paiva de Carvalho³

Resumo: O artigo tem como objetivo geral analisar os efeitos da discriminação racial no (não) reconhecimento e na cidadania de um grupo de mulheres negras e pardas. Estruturamos a pesquisa em critérios metodológicos próprios, exploratórios e qualitativos, por meio de levantamento bibliográfico e análise de narrativas (auto)biográficas em um diálogo reflexivo com escuta sensível de um grupo colaborativo formado por mulheres autodeclaradas negras e pardas. Como aporte teórico para discussões e análise de resultados optou-se por autoras contra hegemônicas como Lília Schwarcz (1993), Gayatri Spivak (2010) e Nancy Fraser (2007). A análise mostra como se dão os efeitos da discriminação no (não) reconhecimento e na cidadania de mulheres negras e pardas destacando-se entre os efeitos conforme narrativas a recorrência dos temas racismo, sexismo e subalternidade. O estudo evidencia a necessidade de políticas públicas para o combate à discriminação racial de mulheres negras e pardas de maneira individual e coletiva.

Palavras-chave: Mulheres negras. Mulheres pardas. (Não) Reconhecimento. Discriminação. Cidadania.

Abstract: The article has a general objective to analyze the effects of racial discrimination in (no) recognition and in the citizenship of a group of black and brown women. We structure the research in methodological criteria exploratory and qualitative, through of bibliographic survey and analysis of narratives autobiographical in a reflective dialogue with sensitive listening of a collaborative group formed by black and brown women. As a theoretical contribution to the discussions and analysis of the results, we chose authors opposed to hegemonic authors as Lília Schwarcz (1993), Gayatri Spivak (2010) and Nancy Fraser (2007). The analysis shows as occurs the effects of the discrimination in the (no) recognition and in the citizenship of black and brown women, emphasizing the effects according to narratives the recurrence of the theme's racism, sexism, and subordinate. The study evidence the importance of public policies for combat racial discrimination of black women and brown women individually and collectively.

Keywords: Black women. Brown women. (No) Recognition. Discrimination. Citizenship.

¹ Artigo recebido em 15 de novembro de 2020 e aceito em 12 de fevereiro de 2021.

² Mestre em Educação (UERN/Mossoró/RN/Brasil). Mestranda em Ciências Sociais e Humanas (UERN/Mossoró/RN/Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7610-6093>. E-mail: priscilla.dutra@hotmail.com.

³ Doutor em Sociologia (UnB), Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1165-5761>. E-mail: guimepaivacarvalho@gmail.com.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo geral analisar os efeitos da discriminação no (não) reconhecimento e na cidadania de mulheres negras e pardas. São objetivos específicos: identificar como se dá o reconhecimento de “raça” por mulheres negras e pardas e verificar possíveis situações de discriminação racial vivenciadas por essas mulheres. Levantamos os seguintes questionamentos: como se dá ou não o reconhecimento de mulheres negras e pardas pela sociedade? Como repercutem os efeitos da discriminação no não reconhecimento e na cidadania dessas mulheres?

A problemática apresentada tem como intenção pensar realidades de um grupo de mulheres negras e pardas no qual um de nós, mulher negra e pesquisadora autora, faz parte em seu lugar de fala compreendido em uma perspectiva de localização de poder em uma estrutura social sob a ótica de Djamilia Ribeiro (2017). Neste sentido, o lugar de fala da pesquisadora enquanto autora é a experiência motivadora da pesquisadora autora, Priscilla Dutra⁴. Mãe branca, professora, e pai negro, professor teve uma origem humilde. Vivenciando na primeira infância uma criação solo materna. Também vivenciando relacionamentos familiares com impasses ligados à aceitação pela família materna nos primeiros anos de vida em razão, sobretudo, da raça sendo a única criança negra que se reconhecia como negra na família materna e no meu entorno social sem que possa dizer exatamente quando foi a primeira situação de discriminação racial sofrida. Na escola, fui aluna bolsista e a única aluna negra durante a maior parte da formação, sendo apelidada de “Pelé” em alusão ao jogador de futebol. De maneira que fui desenvolvendo um diálogo questionador ativo comigo mesma sobre ser uma pessoa negra que se intensificou na adolescência ao ser questionada se seria a empregada doméstica da minha própria mãe, por exemplo.

Na juventude como aluna em uma universidade pública no curso de Direito, mais uma vez era a única mulher negra da turma. Percebendo a recorrência em todos os lugares por andei de um manto de invisibilidade e de subalternidade imposto sobre as mulheres negras nos espaços sociais que atravessava. Assim, trataremos de modo sucinto a narrativa de um grupo composto por quatro mulheres negras e pardas as quais serão identificadas por pseudônimos. São elas: Florence, Carolina de Jesus, Elza e Marlene. O grupo tem faixa-etária entre 26 e

⁴ A escrita deste artigo é construída na primeira pessoa do singular e na do plural a depender do momento da investigação, pois como informado há o relato em narrativa (auto)biográfica da pesquisadora autora participante que se soma a pluralidade de vozes deste estudo. Importante dizer que optamos pelo uso político no texto do “nós” mulheres, já que não somente a maioria, mas sim todas as vozes trazidas são de mulheres. A única exceção é a voz de um homem enquanto orientador da investigação. Assim, o uso do “nós” mulheres tem intenção comunicativa política para evidenciar o tema proposto e o ponto de vista das vozes das mulheres em relação aos assuntos investigados.

37 anos, sendo que todas possuem Ensino Superior em áreas de conhecimento diversificadas. A escolha das participantes se deu a partir do critério de proximidade da pesquisadora com o universo dos sujeitos investigados. Não há grau de parentesco entre as participantes. O grau de aproximação foi realizado por meio do contato da pesquisadora participante enquanto ex-professora de três sujeitos participantes e a quarta foi um convite feito por uma destas participantes a uma amiga que compartilha com as mesmas características do grupo: autodeclara-se negra ou parda e tem Ensino Superior Completo.

Nossa análise se dará a partir da trajetória de vida de cada integrante do grupo formado por mulheres que se autodeclarem negras ou pardas, buscando entender como tais questões são apresentadas por meio de um relato coletivo (auto)biográfico de nossas vivências e memórias a partir de quando nos reconhecemos como mulheres negras e como pensamos os efeitos da discriminação racial em nosso reconhecimento ou não enquanto mulher negra ou parda, bem como em nossa cidadania. Entre os principais aportes teóricos para pensar a discriminação racial, o (não) reconhecimento e a cidadania, destacamos Lilia Schwarcz (1993), Gayatri Spivak (2010), Boaventura Santos (2008; 2010) e Nancy Fraser (2007). Para o estudo deste grupo, foram utilizados diferentes métodos e técnicas. O que foi possível a partir do uso da epistemologia da multirreferencialidade em Joe Kincheloe (2007) e Priscilla Dutra (2019) que possibilita um entrecruzamento de uma pluralidade de conceitos teóricos e metodologias. Adotamos a perspectiva de pesquisa colaborativa com referência em Dutra (2019) e Ivana Maria Ibiapina (2017) e uma escuta sensível nos diálogos com base em René Barbier (1998), considerando um diálogo coletivo a partir das narrativas entre as participantes do grupo. Também adotamos a ideia de grupo dispositivo em Maria Luísa Oliveira, Stela Meneghel e Jefferson Bernardes (2009). Quanto à compreensão de narrativas (auto) biográficas nos baseamos em Marie Christine Josso (2008) e Michael Pollak (1992).

Todo o detalhamento do aporte teórico e encaminhamento metodológico poderá ser observado nos itens 2 e 3 deste artigo, respectivamente. Em um quarto item, dialogaremos sobre os resultados do estudo com a análise das narrativas nos recortes mencionados. A nossa proposta é reconhecer a importância do singular, eu, e do plural, nós, para pensarmos realidades que são nossas, sobretudo, por nós mesmas que somos sujeitos de determinada realidade. Por outro lado, levantamos nossa fala enquanto mulheres negras e pardas a fim de nos fazermos ouvidas por toda a sociedade, mas, antes de tudo, por nós mesmas enquanto busca de nos reconhecermos como protagonistas de nossas próprias histórias como mulheres negras e pardas.

Contextualização dos relatos de mulheres negras e pardas

Historicamente, a população negra, sobretudo as mulheres negras e pardas, tem travado uma árdua luta para conquistar reconhecimento e igualdade social. No Brasil, por exemplo, em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea extinguiu a escravidão, dando fim a um dos capítulos mais tenebrosos da história do país. Contudo, os resquícios do período escravocrata ainda perduram mais de 130 anos depois do feito histórico, refletindo em uma sociedade racista e repleta de desigualdades. Prova disso é o fato de que embora mais de 50% da população brasileira seja negra ou parda, esses grupos étnico-raciais são minorias em direitos e oportunidades no país. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2016 (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que a renda média do trabalho é de R\$ 1.570,00 para negros, R\$ 1.606,00 para pardos e R\$ 2.814,00 para brancos. Já a taxa de analfabetismo é mais que o dobro entre negros e pardos (9,9%) do que entre brancos (4,2%). E a porcentagem de brancos com 25 anos ou mais que têm ensino superior completo (22,9%) é mais que o dobro da porcentagem de negros e pardos com diploma (9,3%). Os números são um pequeno exemplo que ilustra a desigualdade racial no Brasil, mostrando o quanto ainda é preciso avançar para alcançarmos uma sociedade mais justa e igualitária (IBGE).

De acordo com Barbara Weinstein (1998), o entendimento das questões raciais no Brasil perpassa pela questão da inserção histórica dos/as negros/as na formação da sociedade brasileira, bem como pela transformação individual em busca da afirmação da identidade. O debate acerca de raça remete à compreensão histórica relacionada com a desigualdade. Conforme Schwarcz (1993), o termo raça é introduzido na literatura mais especializada no início do século XIX, pelo naturalista francês Georges Cuvier (1769-1832), inaugurando a ideia da existência de heranças físicas permanentes de vários grupos humanos por intermédio de estudos de anatomia comparada que endossavam e justificavam a tese da superioridade étnica europeia.

Na concepção do europeu como uma raça superior, a doutrina colonial europeia, em meados do século XIX, tinha como peça central a ideia de civilização. Esse conceito de ‘civilização’ combinava vários pressupostos que justificavam a superioridade das culturas advindas da Europa e a possibilidade de os ‘outros’ povos poderem melhorar as suas qualidades por meio do processo civilizatório. Boaventura Santos (2010) menciona a obliteração física e/ou cognitiva dos povos colonizados como pedra angular da criação da modernidade ocidental e do desenvolvimento do pensamento abissal. Criou-se assim um princípio ‘universal’ em relação às populações das colônias, vistas como grupos sub-humanos, desprovidos da capacidade de pensar e construir saberes.

Há um reflexo dessas concepções no contexto do Brasil colonial e na atual conjuntura com situações de racismo, segregação e discriminação. Séculos depois do fim do período colonial ainda é possível identificar por meio de expressões, gestos, palavras e atitudes a ideia enraizada da existência de uma raça superior às outras, ou seja, a concepção da raça branca como superior. No Brasil, o racismo possui especificidades, tendo práticas discriminatórias dissimuladas. O racismo produz discursos que procuram normalizar as diferenças entre os sujeitos, atribuindo-lhes a responsabilidade pelas desigualdades sofridas. O cenário de racismo influencia também no processo de identidade do sujeito e no seu auto reconhecimento como negro. É o que Frantz Fanon (2008) chama de processo de branqueamento. Ressalta inicialmente que racismo e colonialismo deveriam ser entendidos como modos socialmente gerados de ver o mundo e viver nele.

Em outras palavras, o negro não deve mais ser colocado diante deste dilema: branquear ou desaparecer, ele deve poder tomar consciência de uma nova possibilidade de existir; ou ainda, se a sociedade lhe cria dificuldades por causa de sua cor, se encontro em seus sonhos a expressão de um desejo inconsciente de mudar de cor, meu objetivo não será dissuadi-lo, aconselhando-o a ‘manter as distâncias’; ao contrário, meu objetivo será, uma vez esclarecidas as causas, torná-lo capaz de escolher a ação (ou a passividade) a respeito da verdadeira origem do conflito, isto é, as estruturas sociais (FANON, 2008, p. 95).

Em meio a todo esse contexto de desigualdades sociais e discriminações vivenciadas pela população negra, a mulher negra ou parda sofre uma carga maior de preconceito e violência simbólica dupla: pela raça e pelo gênero. Esse debate perpassa pela necessidade de transversalização das questões de gênero, raça, classe, apontada por Weinstein (1998). Caldwell (1999 *apud* OLIVEIRA; MENEGHEL; BERNARDES, 2009) mostra que os estudos das feministas brasileiras ainda se recusam a ver as diferenças raciais, ressaltando que deixam implícita a suposição de que o racismo é um fenômeno individual e não um fenômeno social amplamente disseminado nas instituições e práticas sociais. Nesse sentido, as mulheres negras e pardas buscam alcançar o patamar de igualdade junto aos demais sujeitos da sociedade. Grossi e Aginsky (2001 *apud* OLIVEIRA; MENEGHEL; BERNARDES, 2009) lembram que a violência contra as mulheres, embora esteja presente em todas as classes sociais, incide de maneira diferente entre os segmentos mais fragilizados da população, nos quais se incluem as mulheres negras. A questão de gênero é um ponto que influencia a visão pejorativa da mulher, em especial a mulher negra ou parda, na sociedade patriarcal. Na grande maioria das situações, as imagens dessas mulheres estão vinculadas, quase sempre, a estereótipos de servilismo profissional e sexual.

No processo de construção da identidade, Boaventura Santos (2010) fala que a política da não existência cria cinco atores: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo. Dentro dessa classificação, a visão sobre a mulher negra ou parda na sociedade brasileira pode ser entendida como inferior e subalterna. Gayatri Spivak (2010, p. 67) ratifica que “se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade”. Em meio a necessidade de auto-afirmação da mulher negra ou parda perante a sociedade, o movimento feminista poderia ser um aliado à luta, apesar das fragilidades quando se trata desse fim específico. Judith Butler (2003) levanta questionamentos sobre a universalidade da mulher, considerando as especificidades de raça, classe social e etnia. “Seria errado supor de antemão a existência de uma categoria de ‘mulheres’ que apenas necessitassem ser preenchida com os vários componentes de raça, classe, idade, etnia e sexualidade para tornar-se completa” (BUTLER, 2003, p. 40).

Na visão de Boaventura Santos (2007), o pensamento moderno ocidental continua a operar mediante linhas abissais que dividem o mundo humano do sub-humano, de tal forma que os princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas. Diante desse contexto, faz-se necessário uma ressignificação do sujeito mulheres negras e pardas quanto às suas posições na sociedade, e principalmente, quanto a visão da sociedade sobre elas. Stuart Hall (2003 p. 111) defende que “o sujeito e a identidade são apenas dois conceitos que, tendo sido solapados em suas formas unitárias e essencialistas, proliferam para além de nossas expectativas, através de formas descentradas, assumindo posições diversas”. Ainda no sentido de identidade, não nos furtamos de trazer uma breve visão de identidade na interface de reconhecimento em Nancy Fraser (2007). Para a autora (2007), é preciso romper com o modelo padrão de reconhecimento chamado de “identidade”. “O que exige reconhecimento é a identidade cultural específica de um grupo. O não reconhecimento consiste na depreciação de tal identidade pela cultura dominante e o conseqüente dano à subjetividade dos membros do grupo” (FRASER, 2007, p. 106). A proposta de Nancy Fraser (2007) é desenvolver uma concepção sobre o reconhecimento enquanto *status social* chamada de “*modelo de status*”, compreendida como requisito dos membros do grupo enquanto parceiros integrais, em vez de uma identidade específica de grupo.

De acordo com a Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (2018), a discriminação racial é toda distinção, exclusão ou referência que se baseie em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica para anular ou restringir o reconhecimento em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades na vida pública como um todo. Em meio a todas essas dificuldades quanto a seu lugar de direito na sociedade e a luta

por mais igualdade, a questão do reconhecimento das mulheres negras e pardas como sujeito de direitos é um importante passo para os seus posicionamentos na comunidade, entendida como uma questão de *status social*.

Decolonizando o pensamento hegemônico

Neste item procuramos esclarecer os métodos e as metodologias com suas respectivas abordagens nesta pesquisa. Enfatizamos que esta não é uma pesquisa com caráter monológico. Feita a ênfase, passaremos a explicar seus sentidos. Fundamentamos esta investigação em uma proposta metodológica própria a partir de uma perspectiva de pesquisa à luz do *Paradigma Emergente* sob o olhar multirreferencial que permite construir um trabalho científico com um *rigor outro* com inspiração em Dutra (2019). Desde que se sabe da existência humana, vivenciamos um mundo em transformação. Sem nos atermos a aspectos quantitativos, sabemos que as Ciências refletem em maior ou menor sentidos tais mudanças. Boaventura Santos (2008) nos convida a reflexões. Nos guia em um caminho que é um convite à resignificação da relevância de refletirmos em nossas pesquisas a emergência de um novo paradigma de conhecimento chamado de Paradigma Emergente.

O que significa dizer que em tal paradigma proposto já não cabe mais o domínio da racionalidade e seus métodos mecanicistas, hierárquicos e conservadores que se preocupam com o como e a quantificação em detrimento do o quê ou para quem. O que se busca no conhecimento prudente é sensocomunizar-se, isto é, constituir-se em senso comum, pois a tendência almejada é o desaparecimento da distinção entre conhecimento científico e vulgar.

O que se preza em essência é qual o desempenho do conhecimento na vida das pessoas. Enriquece ou empobrece nossas vidas? Foi com fundamento no Paradigma Emergente que escolhemos adotar a abordagem multirreferencial e o seu rigor outro nesta pesquisa que tem como objetivo buscar compreender os efeitos da discriminação racial sobre o reconhecimento e a cidadania de mulheres negras e pardas. Temos a pretensão de pensar que a presente pesquisa pode fazer sentido interventor para se pensar o lugar de fala que é nosso e de todas as outras de nós. Uma pesquisa fundada na epistemologia multirreferencial nos pareceu ser a melhor opção.

A multirreferencialidade consiste em uma epistemologia que pode ser compreendida como uma postura para a vida que vai além do uso de técnicas metodológicas, em uma abordagem de caráter qualitativo para compreensão de fenômenos e realidades com a possibilidade de utilização de estratégias metodológicas plurais (DUTRA, 2019). A autora (2019) esclarece que a abordagem

multirreferencial tem como pilar o sujeito observador, o sujeito observado e o contexto. O que condiz com o direcionamento das teorias citadas, especialmente Boaventura Santos (2008), ao compreender que “todo conhecimento é um autoconhecimento”, o que significa que possui um caráter (auto)biográfico e autorreferencial. Forma de conhecimento que, por sua vez, também é contemplado pelo pensamento de Joe Kincheloe (2007, p.16) que reforça que “a ciência como já sabemos, não é, nem de perto, tão limpa, simples e procedimental como os cientistas gostariam que acreditássemos”.

Na multirreferencialidade o pesquisador pode desempenhar o papel de *bricoleur*, deixando “a busca de algum conceito ingênuo de realismo” para concentrar-se, “em lugar disso, na elucidação de sua posição na teia de realidade e nos lugares sociais de outros pesquisadores e nas formas como moldam a produção e a interpretação do conhecimento” (KINCHELOE, 2007, p. 16). Kincheloe (2007) utiliza o termo *bricoleur* para caracterizar um tipo de pesquisa que enfatiza o autoconhecimento. Em uma pesquisa multirreferencial é cabível no papel do/a pesquisador/a o uso de sua subjetividade, criatividade, capacidade de reflexão e interpretação, que o autoriza a construir a pesquisa conforme seus próprios discernimentos sem prender-se a um fazer metodológico estanque. Podemos enxergar uma perspectiva humana diante da complexidade do mundo real que concede ao sujeito o poder de percorrer seu próprio caminho, andar à sua maneira sobre seus próprios passos na pesquisa. “Os *bricoleurs* ingressam no ato da pesquisa como negociadores metodológicos” (KINCHELOE, 2007 p. 17).

Assim, entrecruzamos o uso de diferentes técnicas e métodos que se complementam nesta investigação. Há a construção de uma etnopesquisa colaborativa exploratória com abordagem qualitativa a partir da criação de um grupo no relato de narrativas (auto)biográficas. Nesta abordagem, enxergamos a pesquisa como uma etnopesquisa colaborativa, de acordo com a teoria desenvolvida por Ibiapina (2017), entendida como um “agir ético-afetivo”. Fizemos o uso da técnica da entrevista em profundidade e da escuta sensível com inspiração em Barbier (1997) e Paul Thompson (2002), como escuta multirreferencial que reconhece a complexidade das pessoas e considera os sentidos humanos, não fixada na interpretação dos fatos, mas sim na dependência de uma perspicácia intuitiva que oferece e não impõe sentidos, tem empatia e não juízo de valor. Similar a Barbier (1997), Thompson (2002) nos fala de uma escuta solidária e não julgadora como fundamental para uma proposta de análise de narrativas autobiográficas.

Somamos à escuta sensível o sentido de um grupo reflexivo sobre os sujeitos a partir de seus lugares de fala em torno de um tema que lhes pertence. Pensamos a estratégia de criação de um grupo de mulheres como nos apresenta Meneghel (*et al.*, 2003; MENEGHEL *et al.*, 2005; MARASCHIN, 2004 *apud*

OLIVEIRA; MENEGHEL; BERNARDES, 2009, p. 268) em que “o grupo dispositivo, não se reduz a um método ou técnica de pesquisa, mas a uma perspectiva metodológica aberta à inovação e capaz de sustentar transformações”.

Enquanto pesquisadora participante, há a escolha por atuar por meio da observação participante ativa em que “o pesquisador se esforça em desempenhar um papel e em adquirir um *status* no interior do grupo ou da instituição que estuda, o que lhe permite participar ativamente das atividades como um membro aceito” (MACEDO, 2006, p. 100). Nessa condição, houve a busca da pesquisadora autora de identificar em seu próprio ambiente de convívio mulheres com um perfil similar, com as seguintes características: êxito escolar com Ensino Superior completo e que se autodeclarasse negra ou parda com faixa-etária livre. A opção por mulheres com o perfil similar ao da pesquisadora participante deu-se por acreditarmos que viabilizaria a formação de um grupo de discussão em um curto período de tempo proposto para o desenvolvimento da pesquisa que seria de até 30 dias. Acreditando também que mulheres com o perfil similar poderiam proporcionar um ambiente de identificação e acolhimento para uma escuta sensível em que cada falante do grupo pudesse externalizar seu pensar, sentir e comportar como um sujeito singular e coletivo.

Para participação no grupo de reflexão, o convite deu-se por meio de rede social *Instagram* a partir do contato da pesquisadora participante considerando a atuação como professora universitária. Daí, convidamos ex-alunas e amigas da pesquisadora participante em 26 de junho de 2019. Na ocasião foi explicada a proposta do encontro, o tema e os objetivos da pesquisa. Do total de nove convidada interessadas na temática, apenas para cinco aceitaram compor o grupo em razão da viabilidade das datas propostas. O universo total de participantes do grupo revelou ser de mulheres que tiveram origem popular. Cabe na metodologia ater-nos ao detalhamento do nosso planejamento. Na perspectiva colaborativa, as discussões no grupo foram norteadas pela criação de condições em que possíveis relações de hierarquia entre pesquisadora e participantes fossem atenuadas ou eliminadas. A partir da bricolagem e, sobretudo, da perspectiva de colaboração citada anteriormente adotada na investigação, enquanto pesquisadora fui incluída como sujeito da pesquisa por ter atuado como tal ao trazer minha própria narrativa de vida e discutir igualmente com as demais participantes do grupo.

O uso oral da narrativa (auto)biográfica despontou com aporte na trajetória de vida de cada uma de nós como maneira de conhecermos a memória individual e coletiva de todas do grupo. A (auto)biografia possibilita refletir e discutir por intermédio da recordação do passado a memória individual e coletiva, tomando como referência o pensamento Josso (2008) e Pollak (1992). Há um encontro individual e coletivo com o passado por meio de relatos orais

ou escritos é oportunizado (re)construir-se com o presente e pensar o futuro, podendo revelar sentimentos de pertença e identificação. Pollak (1992) conclui que a memória individual e coletiva constitui um sentimento de identidade, também “de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p.205). O próximo tópico oportunizará o conhecimento do resultado e das nossas discussões no grupo de acordo com objetivos propostos e metodologias adotadas.

Desconstruindo preconceitos

A partir deste momento, a pesquisa debruça-se sobre a análise do encontro promovido pelo grupo em comento. Na data, horário e local marcados, nos encontramos. Coincidentemente, eu pesquisadora e uma das participantes chegamos ao mesmo tempo. As demais foram chegando isoladamente. À medida que chegavam conversávamos sobre a expectativa com as nossas futuras imediatas discussões. Até que percebemos o avançado da hora, 20 minutos haviam se passado do horário inicial do encontro, consideramos oportuno iniciar nossa discussão. Ao que decidimos iniciar nossa fala entre as quatro participantes presentes. Adiantamo-nos aqui em explicitar que apesar do atraso maior, esta última mulher conseguiu chegar a tempo de se inserir e ser ativa em nossas discussões. No segundo momento do encontro presencial, houve a narrativa (auto)biográfica oral das participantes a começar pela minha própria, pesquisadora e mulher negra, como um momento de criação de afetividade e acolhimento como requer uma pesquisa colaborativa. Sem desconsiderar que com isto rumaria ao reconhecimento no aspecto de identidade enquanto construção discursiva como nos mostra Judith Butler (2010).

No momento seguinte, passamos a partilhar a discussão dos temas norteadores “mulheres negras”, “mulheres pardas”, “(não) reconhecimento”, “discriminação” e “cidadania”. Passamos todas a interagir nosso modo de sentir, pensar e comportar não apenas por nossas narrativas autobiográficas. Também a partir de um olhar crítico por meio da nossa construção social alicerçada pelo nosso lugar de fala enquanto mulheres negras ou pardas sobre os temas norteadores. É em torno desses temas que passaremos a analisar nossos resultados e discussões. Usaremos pseudônimos para apresentação do que foi dialogado reflexivamente no encontro. Sugerir que cada participante escolhesse um pseudônimo a partir de mulheres negras ou pardas que nos inspirassem independentemente de serem nomes reconhecidos historicamente ou não. Vamos a uma breve narrativa de cada uma das participantes já com os pseudônimos escolhidos.

Carolina de Jesus, jornalista, solteira, 28 anos. Escolheu como pseudônimo o de “uma escritora brasileira, uma das primeiras negras, e que tem relevância para a literatura do país”. Carolina conta que foi criada somente por sua mãe e avó. A mãe de Carolina era babá e possuía uma dupla jornada de trabalho dividindo-se entre a criação dos próprios filhos, dos filhos dos outros e sua formação escolar. “Era neta da empregada, cozinheira, não interagia com outras pessoas. Fazia companhia para os filhos do patrão da avó”. Era sempre chamada de “a moreninha. Não tinha traços tão marcantes como negra”. Percebia um tratamento diferenciado da sua classe social na infância em suas memórias de uns 4 a 6 anos de idade. Quando mais crescida, entre infância e adolescência se viu pensando e questionando a influência da cor da pele sobre o tratamento concedido às pessoas. Isso se deu a partir do não entendimento do irmão dela ser chamado de “negrinho”, “pretinho” e ser sempre culpabilizado por qualquer situação negativa que acontecesse nos ambientes dos quais fizesse parte sem que tivesse dado causa para tal. Entendeu que a cor da pele condiciona alguém como inferior e marginalizado pela sociedade.

Quando cresceu, jovem, exatamente aos 18 anos, percebeu que o sentido de “moreninha” tomou uma conotação sexual por alguns daqueles que a utilizavam. Trouxe uma “vulnerabilidade maior. Era um eufemismo que usavam para dizer que a cor despertava mais atenção”. A atenção que Carolina fez referência em suas lembranças era uma atenção sexual importuna, não desejada por ela.

Sou um reflexo de duas mulheres, pilares da minha existência. Neta de uma negra, pobre, analfabeta, jovem viúva que teve que trabalhar muito para criar seus quatro filhos. Um deles é a minha mãe. Negra, resistente, mãe solo de dois filhos. Com mais oportunidade e persistência foi a única da família que conseguiu estudar e chegar a graduação e pós. Eu já tive menos dificuldades na vida, a educação sempre foi a única prioridade e só através dela pude ascender socialmente. Mais uma Silva, negra, tentando conquistar o seu lugar. Hoje sou a concretização do amor e do suor delas, mas também um misto de minhas escolhas e experiências. Sou superação e resiliência. Comunico, me expesso e amo como quem sabe a importância da luta e o valor da conquista (Narrativa (auto) biográfica de Carolina de Jesus).

Outra participante escolheu o pseudônimo Marlene. Ela é advogada, solteira e tem 26 anos. A escolha do pseudônimo foi uma homenagem à mãe, falecida, que considera uma mulher negra “feliz, determinada, sonhadora e que tem orgulho de quem ela se tornou”. Em poucas palavras, descreve sua narrativa como uma “mulher negra, filha de mãe negra, que luta cada dia contra alguns preconceitos referente à sua raça”. Marlene tem mãe e avós maternos negros e de origem popular e o pai e avós paternos brancos de origem menos popular. Em

suas memórias relata que viveu situações de preconceito na família paterna. Viveu a não aceitação afetiva por estes últimos avós. Na sua primeira infância não percebeu a sua cor da pele por ela mesma. Considerava-se mais uma criança. Enquanto criança, não conseguia compreender do que se tratava. Hoje tem discernimento do que se tratou. Até que aos 16 anos de idade começou a trabalhar e vivenciou inúmeras situações de discriminação racial, preconceito e assédio sexual. Ali percebeu como era ser “negra, filha de negra e ter cabelo ruim. Cabelo ruim, não tão negra, a sociedade fala parda”, o (não)reconhecimento e a coisificação de mulheres negras. Situações que afetaram sua autoestima fazendo com que se enxergasse à época como inferior e questionasse a si mesma sobre sua capacidade profissional. Recebia um tratamento diferenciado no aspecto negativo. Não havia reconhecimento do trabalho. Eram situações de racismo velado. Mudou de empresa. Ainda hoje “pessoas se espantam por ser formada”. Aprendeu a lidar com o tratamento que recebe da sociedade e “não sofre no sentido de se incomodar”.

Adotei o pseudônimo em homenagem à minha mãe já falecida devido ter sido uma mulher guerreira que lutou contra os preconceitos que sofreu devido à sua cor da pele. Eu me reconheci como negra logo quando criança porque meus avós paternos não me aceitaram na casa deles porque eu era filha de uma negra e traços de negra. Houve também situações de exclusão na fase da adolescência e adulta da minha vida onde muitas vezes não me notaram em alguns ambientes por eu não ter cabelo liso e pele clara. Acabavam me excluindo por não ter uma beleza que a maioria da sociedade quer ver. Já me senti muito triste com isso, porém hoje tenho orgulho da mulher negra que me tornei e já não sofro mais com esse tipo de comportamento preconceituoso do outro (Narrativa (auto)biográfica de Marlene).

Florence tem 31 anos, é casada e contadora. Adotou Florence como pseudônimo por este ser o nome da primeira mulher negra reconhecida como compositora sinfônica e gostar muito de música clássica. Reconheceu-se como negra desde à infância mesmo quando às pessoas não diziam que ela era negra, tratavam como uma pessoa negra no sentido de terem discursos de diminuição e não aceitação de suas características físicas. Na escola era identificada como “morena do cabelo ruim”. Carrega consigo a lembrança de tenra infância apelidos relacionados a falas de discriminação racial e que se mostram presentes na realidade da vida presente adulta. Conta que em uma situação de encontro com amigos do marido dela, homem branco, pessoas ficaram admiradas por ele ter uma “esposa negra”. A discriminação racial ocorre frequentemente de maneira estrutural. Reflete sobre situações em que foi mais uma mulher negra confundida com empregada doméstica e exemplifica que em seu trabalho atual que desenvolve uma função de liderança, gestora, as pessoas sempre a confundem

com um cargo que seja numa hierarquia inferior. “Chegam para mim e dizem que vieram falar com a gerente. Dizem para eu ir chamar. Para o espanto dessas pessoas digo que sou a gerente”.

A outra participante escolheu o nome Elza. Ela tem 26 anos, é solteira, assistente social, mestra em Serviço Social e Direitos Sociais. A adoção do nome é em homenagem à cantora brasileira Elza Soares. Por motivos de ordem pessoal de Elza, sua apresentação pessoal foi curta. Mas sua participação nas discussões não. Ao longo do nosso encontro nos identificamos uma com o discurso da outra e ressignificamos nosso eu que é singular e ao mesmo tempo coletivo.

As narrativas deste grupo de mulheres demonstra que as trajetória de vidas das mulheres negras é marcada por acentuadas similitudes no enfrentamento da desigualdade de gênero que ganha contornos ainda mais fortes em face da raça. A esse grupo de mulheres negras é negada a capacidade de ser e estar no mundo. Há a promoção de um não reconhecimento da própria existência destas mulheres pela sociedade que as branqueia como “moreninha” ou “morena do cabelo ruim”, duvida de sua capacidade de concluir o Ensino Superior e não enxerga a possibilidade de assumirem um cargo de liderança em uma empresa. “O não reconhecimento aparece quando as instituições estruturam a interação de acordo com normas culturais que impedem a paridade de participação”, dificultando a participação social de “alguns membros da sociedade [...]” (FRASER, 2007, p. 108).

Na presente investigação, os efeitos da discriminação racial que resultam no não reconhecimento das mulheres negras e pardas na sociedade brasileira, portanto, é um ato que vai além da cor da pele, atingindo diferentes aspectos como as estruturas da sociedade e suas instituições em geral e pela maneira que essas mulheres olham para si mesmas. Por meio da autoafirmação e reconhecimento de sua história e identidade, essas mulheres demonstraram ganhar força na busca pela valorização do seu modo de identificação. Reivindicaram suas existências enquanto pessoas. O reconhecimento do lugar de fala dessas mulheres desponta como um ato de cidadania.

Tomando como referência a perspectiva de autores/as como Santos (2010) e Spivak (2010), analisamos que como esclarece o primeiro autor, a colonização ganhou novas formas, tem uma nova dinâmica. Não são mais as mesmas características do século XVI em diante, mas continua tendo a mesma lógica. A colonização não acabou, encontra-se em uma nova fase. As nossas narrativas compartilhadas nos permitem perceber que a discriminação racial e o preconceito, apesar de não terem o mesmo significado, atuam em uma interface em nossas vivências enquanto mulheres negras e pardas. Atribuem a nós um lugar de inferioridade. Também demonstraram que o racismo e o sexismo possuem esta interface onde um reforça a existência do outro.

Considerações finais

Com base nas discussões teóricas e na conversa com o grupo de mulheres que se reconhecem como negras ou pardas e cientes do nosso papel em busca de uma transformação social, percebemos a importância do reconhecimento para a construção da cidadania na perspectiva de uma localização social, um lugar de fala. O fortalecimento da luta em prol da igualdade social e racial é condição para o reconhecimento e a superação da subordinação, inferioridade e subalternidade, que os grupos dominantes da sociedade insistem em perpetuar por meio de complexas relações de poder e da estrutura simbólica do racismo.

As narrativas de mulheres entrevistadas neste estudo relacionam-se com concepções teóricas que enfatizam as dificuldades para o reconhecimento de grupos subordinados, subalternizados e inferiorizados. Os depoimentos exprimem que de um modo geral, a visão da sociedade trata essas mulheres como um ser inferior, associa a cor da pele com conotações sexuais com uma atribuição negativa. No diálogo reflexivo, podemos ainda verificar que geralmente a discriminação racial narrada por mulheres negras e pardas ao longo da vida acontece de forma velada. Esconde-se por trás de apelidos como “moreninha”, com olhares e insinuações em tom apelativo sexual ou de assédio moral em relações de cunho afetivo e trabalhistas. Podem ser sutis, se considerada apenas a visão atitudinal. Mas não deixam de ser dolorosas segundo relatos.

A mudança de visão do grupo investigado quanto às atitudes discriminatórias tem como ponto decisivo o momento em que elas se reconheceram como mulheres negras ou pardas. Também é possível observar que a educação apresenta-se como uma peça fundamental para esse processo, tanto na questão do reconhecimento quanto ao que se refere ao nosso posicionamento diante das injustiças e discriminações sofridas por nós com as relatadas nas trajetórias de vida pesquisados, que enfrentaram o manto do menosprezo de suas capacidades e até mesmo existência representando bem a realidade não apenas do grupo participante da investigação. Essa posição caracteriza o coletivo de mulheres negras e pardas no Brasil.

Diante da complexidade dos temas analisados e pelo grupo refletido, é possível verificar o quanto fundamental torna-se o fortalecimento do nosso lugar de fala com e sobre mulheres negras e pardas, sobretudo para o reconhecimento e o exercício da cidadania enquanto lugar de fala. Para que possamos ocupar o nosso lugar de protagonistas em nossas histórias, contribuindo para a emancipação de nossos pares nos alforriando do não lugar que nos é imposto como subalternas, inferiores, excluídas, não cidadãs. As narrativas (auto)biográficas e os diálogos reflexivos com mulheres negras e pardas não definem o nosso valor, mas fornecem pensamentos para que busquemos mudar radicalmente nossa realidade, singular e coletiva.

Referências

BRASIL. **Racismo vai além da cor da pele no Brasil**. Disponível em: <<https://www.brasil.gov.br/consciencianegra/noticias/racismo-vai-alem-da-cor-da-pele-no-brasil>>. Acesso em: 16 de jul. de 2019.

IBGE. **DESIGUALDADES SOCIAIS POR COR OU RAÇA NO BRASIL**. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica • n.41

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, J. G. (Coord.). **Multirreferencialidade nas Ciências e na Educação**. São Carlos: EdUFSCar, 1998, p. 168-199.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

DUTRA, Priscilla Tatianne. **Educação Jurídica como alicerce da Educação para Cidadania em uma Experiência Colaborativa**. Mossoró, 2019. P. 156 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação). Departamento de Educação, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró, 2019. 156p.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento?** Dilemas da justiça numa era ‘pós-socialista’”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

IBIAPINA, M. L. M. Pesquisa colaborativa: singularidades do saber-fazer pesquisa-formação. In: GAMA, P. R.; SICARDI NAKAYAMA, B. C. M. (Org.). **Investigação colaborativa e a formação docente em grupos de pesquisa**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017. p. 17-49.

JOSSO, Marie Christine. **As histórias de vida como territórios simbólicos nos quais se exploram e se descobrem formas e sentidos múltiplos de uma existencialidade evolutiva singular-plural**. In: PASSEGGI, Maria Conceição (Org.). *Tendências da pesquisa (auto) biográfica*. Natal: EdUFRN; São Paulo: Paulus, 2008. p. 23-50.

KINCHELOE, Joe L; BERRY, Kathleen S. **Pesquisa em Educação: conceituando a bricolagem**/ Joe L.Kincheloe. Tradução de Roberto Cataldo Costa. – Porto Alegre: Artmed, 2007.

OLIVEIRA, M. L. P., MENEGHEL, S. N. e BERNARDES, J. S. **Modos de subjetivação de mulheres negras: efeitos da discriminação racial**. *Psicologia & Sociedade*; 21 (2): 266-274, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n2/v21n2a14.pdf>>. Acesso em 06 de jul. de 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

WEINSTEIN, Barbara. **A Pesquisa sobre Identidade e Cidadania nos EUA**: da Nova História Social à Nova História Cultural. *Rev. bras. Hist.* vol. 18 n. 35 São Paulo, 1998.